

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

(i) Refere-se ao benefício obtido da lei de tecnologia da informação (lei do bem), o qual reduz o valor devido de imposto de renda e contribuição social na proporção dos investimentos do PagSeguro em intangíveis, capitalizados quando relacionados à inovação tecnológica. (ii) O imposto de renda sobre o FIDC é constituído de forma diferida e somente pago no momento da amortização das cotas. A realização estimada dos impostos de renda diferidos ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2021	
	Ativo	Passivo
2022	55.594	(923.646)
2023	16.641	(470.267)
2024	10.566	(84.309)
2025	220.072	(92.639)
2026	11.003	(84.881)
	<u>313.866</u>	<u>(1.655.742)</u>

A estimativa de valor presente do imposto de renda diferido ativo é de R\$ 276.433 calculada considerando as taxas médias de mercado. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	1.546.043	1.799.051
Alíquota vigente	34%	34%

Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente

	(525.654)	(611.677)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes:		
Participação nos resultados	59.494	18.177
Benefício com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	184.388	128.919
Equivalência Patrimonial	801.958	630.884
FIDC IN 1585/15	(780.183)	(647.123)
Outras adições (exclusões)	(1.082)	3.193

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício	(261.079)	(477.628)
Provisão para imposto de renda	(33.583)	(35.156)
Provisão para contribuição social	(10.873)	(7.439)
Ativo fiscal diferido	(216.623)	(435.033)
Alíquota efetiva	17%	27%

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contingências tributárias:		
Imposto sobre serviços - ISS (i)	159.101	149.837
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (ii)	163.234	151.472
Programa de integração social - PIS (ii)	25.713	24.614
Contingências cíveis	16.690	8.392
Contingências trabalhistas	1.560	673
	<u>366.298</u>	<u>334.988</u>

(i) Imposto sobre serviços decorrente substancialmente das operações de intermediação financeira. (ii) O montante registrado nessa rubrica refere-se substancialmente aos valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras sobre antecipações de recebíveis. O PagSeguro obteve uma decisão judicial na qual reconhece por meio de depósito judicial, até o julgamento do mérito os itens "i" e "ii", conforme descrito na nota 7. A movimentação de contingências está demonstrada abaixo:

	31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020			
	Adições	Baixas	Atualizações		Adições	Baixas	Atualizações	
Trabalhista	2.495	8.789	(10.876)	265	673			
Cível	8.650	8.901	(9.182)	23	8.392			
Tributário (i)	270.389	46.339	-	9.195	325.923			
	<u>281.533</u>	<u>64.029</u>	<u>(20.058)</u>	<u>9.483</u>	<u>334.988</u>			
	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2021			
Trabalhista	673	17.335	(9.467)	430	16.690			
Cível	8.392	236	(196)	837	1.560			
Tributário (i)	325.923	1.193	-	20.931	349.048			
	<u>334.988</u>	<u>18.764</u>	<u>9.663</u>	<u>22.198</u>	<u>366.298</u>			

(i) Referem-se a discussões sobre a elegibilidade de alguns tributos, os quais estão sendo depositados em juízo, como demonstrado na nota 7. O PagSeguro é parte em ações tributárias, trabalhistas e cíveis. Para as ações cíveis que envolvem riscos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível (para os quais nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2021), totalizam aproximadamente R\$17.075 (R\$39.975 em 31 de dezembro de 2020). O PagSeguro não é parte em processos trabalhistas que envolvam riscos classificados pela administração como perdas possíveis. Em 15 de outubro de 2021, o PagSeguro Internet foi autuado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por não recolhimento de IOF sobre operações financeiras ("IOF") sobre empréstimos entre empresas do grupo. O IOF incide sobre operações de crédito de qualquer natureza, inclusive empréstimos intercompany. O valor desta autuação foi de R\$239.812. A Companhia apresentou sua defesa, esclarecendo que as operações realizadas entre o PagSeguro e suas controladas não são operações de crédito. O Grupo possui um caixa centralizado e, de acordo com a lei, esse tipo de operação não é tributável pelo IOF.

17. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$4.676.368 (R\$5.230.394 em 31 de dezembro de 2020), representado por 1.662.133.845 ações ordinárias, sem valor nominal, a redução de capital social deve-se a reestruturação societária, conforme destacado na nota 1. Reserva legal: A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social realizado. A Administração do PagSeguro propôs a constituição de reserva legal de R\$55.499 (R\$63.398 em 31 de dezembro de 2020), referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A reserva legal somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos. A redução da reserva legal deve-se a reestruturação societária, conforme destacado na nota 1. Dividendos: Por meio de reuniões da Diretoria realizadas em 17 de novembro de 2021, 27 de dezembro de 2021 e 28 de dezembro de 2021, os diretores da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos intercalares de R\$388.032 (R\$376.554 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Ajustes de avaliação patrimonial: O PagSeguro reconhece nesta rubrica o efeito acumulado da conversão de balanços em moeda estrangeira da sua controlada BCPS no valor de R\$7.937 e o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros no valor de R\$ 168. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$6(29) (R\$825 em 31 de dezembro de 2020).

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita de intermediação	6.200.765	4.398.480
Receita com pré-pagamento	1.452.285	305.999
Outras receitas	52.482	35.561
Cancelamentos	(54.421)	(58.745)
	<u>7.651.111</u>	<u>4.681.295</u>

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Marketing e publicidade	(785.748)	(509.858)
Depreciação e amortização	(773.449)	(361.639)
Despesas com software	(425.578)	(235.209)
Honorários e consultorias	(81.546)	(69.184)
Outras	(62.379)	(65.552)
	<u>(2.128.880)</u>	<u>(1.301.423)</u>

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Custo da transação	(3.874.888)	(2.378.159)
Antecipação de recebíveis	(920.360)	(96.473)
Subsídio	(420.606)	(269.448)
Chargebacks (i)	(354.179)	(149.880)
Outras	(54.240)	(44.945)
	<u>(5.624.273)</u>	<u>(2.938.906)</u>

(i) Em 2021, o acréscimo de chargeback é representado pelo aumento de TPV e pelo uso indevido de funcionalidade do sistema implantada no passado, permitindo transações indevidas de clientes de contas digitais e estornos inesperados de perdas em contas digitais para grupos específicos de clientes com maior risco de crédito para um novo produto (impacto de R\$73.356). Para todos esses fatos, a causa raiz correspondente foi identificada e devidamente tratada pela Administração.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
COFINS	(554.357)	(363.521)
PIS	(117.489)	(78.266)
ISS	(72.496)	(53.378)
Outros	(14.467)	(10.335)
	<u>(758.809)</u>	<u>(505.499)</u>

A Diretoria

22. Despesas com pessoal

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Salários e proventos (i)	(222.939)	(125.269)
Encargos sociais	(108.021)	(133.022)
Benefícios	(64.611)	(45.746)
	<u>(395.631)</u>	<u>(304.037)</u>

(i) Nos termos do PLP, após a conclusão do IPO, a parte adquirida dos direitos do PLP de cada beneficiário foi convertida em ações ordinárias classe A do PagSeguro Digital ao preço do IPO (US\$1.50) que é o valor justo na data da entrega. Como resultado, os beneficiários do PLP receberam um total de 1.823.727 novas ações ordinárias classe A após a conclusão do IPO. As parcelas não utilizadas dos direitos de cada beneficiário serão liquidadas em cada data de aquisição anual futura em ações. O número máximo de ações ordinárias que podem ser entregues aos beneficiários do PLP não pode exceder 3% do capital social emitido a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2021, o total de ações outorgadas era de 6.167.108 e o total de ações emitidas era de 5.907.695.

23. Gerenciamento de risco: As atividades do PagSeguro expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco operacional, risco de fraude (chargeback), risco de crédito, risco de liquidez e prevenção à lavagem de dinheiro. O programa de gestão de riscos do PagSeguro concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do PagSeguro. Que utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando aplicável. Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do PagSeguro, destacamos: i) Risco cambial: O risco cambial ocorre quando operações à vista ou futuras são mantidas em moeda diferente da moeda funcional do PagSeguro. Uma vez que nossa exposição cambial está basicamente relacionada ao saldo de equivalentes de caixa em moeda estrangeira e a operação da investida Boa Compra, ambos irrelevantes no contexto do PagSeguro, não há risco a ser considerado, além da captação por meio de empréstimos em moeda estrangeira, a qual está devidamente suportada por operação de SWAP. ii) Risco Operacional: O PagSeguro define e trata o gerenciamento do Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos: a) falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas; e b) de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros oriundos das atividades desenvolvidas por uma instituição de pagamento, conforme a Circular Bacen nº 3.681/2013. As atribuições relacionadas a estrutura de gerenciamento de riscos operacionais do PagSeguro, se dá a partir dos procedimentos de: mapeamento, identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais, com reportes periódicos ao corpo diretivo. iii) Riscos de fraude ("chargebacks"): O PagSeguro utiliza dois processos para controlar o risco de fraude: O primeiro consiste no monitoramento, em tempo real, via sistema antifraude das transações efetuadas com cartões de crédito, débito e boletos, que aponta, identifica, aprova ou recusa transações suspeitas de fraude no momento da autorização, a partir de modelos estatísticos revisados periodicamente. O segundo processo tem a função detectiva para tratamento de chargebacks e disputas, onde o primeiro processo não identificou a fraude. Este processo retrabalha o primeiro para aumentar a capacidade de evitar novas fraudes. iv) Riscos de crédito: O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, seja pelo tomador ou pela contraparte, de suas obrigações financeiras definidas nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relacionados ao não cumprimento de obrigações financeiras da contraparte. No PagSeguro, o risco de crédito se resume à possibilidade de inadimplência: • os emissores do cartão, que têm a obrigação de passar ao PagSeguro as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões, e/ou • os subadquirentes, que são utilizados pelo PagSeguro para aprovar transações com os emissores. Para a mitigação desse risco, o PagSeguro instituiu um Comitê de Risco de Crédito e Liquidez, cuja função é analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão capturados pelo PagSeguro, e assim classificá-los em três grupos: • Emissores de cartão com baixo nível de risco, avaliados pelos ratings das agências Fitch, S&P e Moody's e são dispensados de monitoramento adicional. • Emissores de cartão com nível de risco médio e que são monitorados, também, pelos Indicadores de Basileia e imobilização; e • Emissores de cartão com nível de risco alto e que são avaliados pelo Comitê em reuniões mensais. Adicionalmente, o gerenciamento de riscos de crédito prevê procedimentos para recuperação de créditos relacionado aos estágios de risco de perda, a rolagem e/ou renegociação dos créditos, não se limitando as premissas da circular 3.681/13 do BACEN. v) Risco de liquidez: O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Companhia não honrar suas obrigações, correntes e futuras, incluindo-se as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar de forma relevante suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O PagSeguro gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de

venimento dos ativos e passivos financeiros, com o objetivo de garantir recursos suficientes para honrar os compromissos com os estabelecimentos e às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e outros instrumentos financeiros, escolhendo instrumentos com liquidez adequada, fornecendo a segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2021, o PagSeguro mantém caixa e caixa equivalentes de R\$776.515 (R\$551.573 em 31 de dezembro de 2020). O PagSeguro possui apenas posições de instrumentos financeiros indexados ao CDI. O PagSeguro conduziu uma análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros a que os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2021. Para esta análise, adotou como cenário provável para os juros futuros de 11,5% para o CDI (aumento de 25%). Como resultado, a receita financeira (em relação aos investimentos financeiros) e despesas financeiras (em relação aos empréstimos) seriam impactadas da seguinte forma:

Transação	Taxa de Juros	Cenário com manutenção do CDI (8,15%)		Cenário provável com aumento de 25% (para 11,5%)	
		Valor	Variação	Valor	Variação
Caixa e Equivalentes	99% do CDI	776.515	70.341	88.406	-
Instrumentos Financeiros	100% do CDI	2.178.229	199.308	250.496	-
Empréstimos	109,4% do CDI	1.005.787	(100.680)	(126.538)	-
			<u>168.969</u>	<u>212.364</u>	

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do PagSeguro, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Sem vencimento - até 30 dias	Até 90 dias	Até 120 dias	Até 180 dias	Até 360 dias
Em 31 de dezembro de 2021					
Obrigações com terceiros	-	8.391.859	1.770.271	504.444	526.553
Depósitos	368.943	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	90.895	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	1.114.211
Outras	-	-	93.951	-	-

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Obrigações com terceiros	-	7.713.389
Depósitos	567.123	-
Partes relacionadas	-	515.776
Outras	-	65.578

vi) Prevenção à lavagem de dinheiro: O PagSeguro possui como instrumentos de controle, políticas e procedimentos de monitoramento das operações de clientes, fornecedores e parceiros, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem de dinheiro" oriunda de operações ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, bem como o uso da estrutura do Grupo para esses fins. A participação frequente da Administração na prevenção à detecção à "lavagem de dinheiro" e combate ao financiamento do terrorismo assegura a sinergia entre as diversas áreas e o contínuo acompanhamento das atividades e operações realizadas, possibilitando definir políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais. vii) Risco cibernético: Risco cibernético é a possibilidade de ocorrências com efeitos indesejáveis decorrentes de ameaças possíveis à infraestrutura de tecnologia da informação, podendo gerar perdas relacionadas ao ambiente virtual, que: • Produzem efeitos adversos ou ameaça o funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; • Infringem políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI. Considerando que o PagSeguro atua em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias que visam mitigar essas ameaças, bem como políticas e procedimentos de defesa, assegurando a confidencialidade, integridade e segurança dos dados inerentes aos sistemas utilizados, o grupo tem equipes treinadas e disponibiliza cursos on-line, visando treinar os profissionais, para que estejam cientes das medidas de prevenção e também saibam relatar incidentes afim de minimizar os riscos cibernéticos, seguindo os requerimentos da Circular 3.909/18, viii) COVID-19: Observamos que o principal impacto da pandemia de COVID-19 no volume total de compras (TPV) ocorreu entre março e junho de 2020. No terceiro e quarto trimestre de 2020, a maioria das cidades do Brasil iniciou um processo de reabertura, com recuperação gradual de importantes atividades comerciais, como shopping centers, varejo em geral, restaurantes e bares, entre outros negócios não essenciais e em lojas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve aumento no número de pessoas infectadas pela COVID-19 principalmente no primeiro trimestre e consequentemente a volta das paralisações parciais e isolamento social em diversas cidades e estados do país. No segundo trimestre de 2021, a maioria das cidades do Brasil aceleraram a vacinação da população e, consequentemente, o PagSeguro viu um processo de reabertura gradativo, com ampliação do horário de funcionamento das atividades comerciais. No terceiro trimestre de 2021 houve o retorno dos eventos sociais com público. No final do quarto trimestre, o Brasil começou a ver um aumento nos contágios principalmente relacionados à Omicron. Em 31 de dezembro de 2021, 161 milhões de habitantes haviam recebido pelo menos a primeira dose da vacina contra a COVID-19 no Brasil, o equivalente a 76% da população brasileira e 143 milhões de habitantes receberam a segunda vacina ou vacina com dose única, representando 67 % da população brasileira. O PagSeguro possui uma estrutura significativa de custos variáveis relacionados principalmente ao TPV, como processamento, intercâmbio, taxas de cartões e estor-

nos. As despesas de marketing e vendas também são variáveis e dependem de nossa estratégia de avançar novos produtos e serviços. Também seguimos acompanhando a evolução da economia brasileira e reavaliando, quando necessário, as provisões para perdas de crédito esperadas. O PagSeguro possui uma posição sólida em termos de níveis de caixa, liquidez e capital de giro e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não enfrentou impairment de ativos devido ao COVID-19.

24. Gestão de capital: A gestão de capital baseia-se na apuração e alocação de capital suficiente para atingir o montante mínimo requerido pelo regulador. Assim, a companhia mantém uma percepção de risco adequada ao tipo de negócio, permitindo o acesso a novas capacidades em condições viáveis à manutenção e continuidade da operação, bem como o crescimento sustentável ao longo do tempo. O montante de capital mínimo é definido seguindo a metodologia descrita nas normas impostas pelo regulador. O PagSeguro mantém uma reserva de capital suficiente para atender à demanda do regulador, bem como a avaliação interna de risco do negócio.

25. Valor justo: O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado com todos os mais vantajosos para o ativo ou passivo, em uma transação ordenada entre os participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de 3 níveis é adotada para mensurar o valor justo, conforme demonstrado abaixo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Adições além dos preços cotados citados no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Adições para os ativos e passivos que não são baseados nos dados de mercado observáveis (ou seja, considerações não observáveis). A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros do PagSeguro em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Preços cotados em mercados	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Adições observáveis	Preços cotados observáveis	Adições observáveis	Preços cotados observáveis
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 1)	(Nível 2)
ativos			ativos	
significantes			significantes	

Caixa e equivalentes de caixa	-	776.515	-	551.573
Instrumentos financeiros	579.448	1.588.781	754.274	536.077
Relações interfinanceiras	-	12.542.754	-	10.919.449
Outros créditos	-	1.509.167	-	1.173.362
Outros valores e bens	-	123.331	-	82.092
Passivos financeiros				
Depósitos	-	368.943	-	567.123
Empréstimos	-	1.005.787	-	-
Outras obrigações	-	14.270.924	-	11.410.072
Resultados de exercícios futuros	-	178.191	-	209.613

O PagSeguro acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos. Os ativos financeiros referem-se basicamente à natureza dos seus respectivos a receber cujos devedores são as principais instituições financeiras submetidas ao baixo risco de crédito, em sua maioria, recebíveis em período de curto prazo e são mensurados baseados nas considerações que o PagSeguro tem expectativa de receber como parte dos serviços de processamento das transações. Os ativos financeiros também incluem as aplicações financeiras representadas por títulos do governo com preço cotado em mercado ativo e reconhecido no balanço patrimonial baseado nos respectivos valores justos. Os passivos financeiros são substancialmente representados por contas a pagar de curto prazo com comerciantes que são pagos de acordo com os contratos celebrados com os comerciantes e outras contas a pagar referente a serviços fornecidos no curso regular da operação e também estão próximos aos respectivos valores justos. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

26. Resultados não recorrentes: Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Reversão de PIS e Cofins	-	84.294

Wilson Gomes de Lima - Contador - CRC 1SP212238/O-0

Carta de apresentação das demonstrações financeiras do PagSeguro Internet S.A.

São Paulo, 31 de março de 2022. Carta de apresentação das demonstrações financeiras do PagSeguro Internet S.A. - Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em cumprimento às determinações do Banco Central do Brasil, em especial a Circular nº 3.964/19 e Carta-Circular nº 3.981/19, encaminhamos as demonstrações

financeiras do PagSeguro Internet S.A. ("PagSeguro"), que compreendem o relatório da administração, o balanço patrimonial, demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações de resultados abrangentes, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício

findo em 31 de dezembro de 2021. Termo de Responsabilidade da Administração: A Administração do PagSeguro é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em conformidade com as regulamentações aplicá-

veis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Divulgação: As demonstrações financeiras, contidas neste documento, foram divulgadas em diretório de acesso público no site do PagSeguro no dia 31 de março de 2022 e podem ser acessadas por meio do link: <https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras>.

At